



8426108



08011.000025/2019-12



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
Secretaria Executiva
Coordenação-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional

MEMÓRIA DE REUNIÃO

COMISSÃO TÉCNICA DO COMITÊ DE GESTÃO ESTRATÉGICA

DATA:	26/03/2019	
LOCAL:	Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ed. Sede, 3º andar, Sala 304	
PARTICIPANTES	NOME	ORGÃO
1.	Washington Bonini	SE ADJUNTA
2.	Christiane Maranhão de Oliveira	SPO/MJSP
3.	Claudete Terezinha Trapp	CGGE/SPO/MJSP
4.	Fabiano Nogueira Brandão	CGGE/SPO/MJSP
5.	Rafael Henrique Cerqueira	CGGE/SPO/MJSP
6.	Lucíola Maurício de Arruda	COAF
7.	Maria das Graças Gonçalves Almeida	SENACON
8.	Ivan Gomes Bonifácio	SNJ
9.	Priscilla Oliveira	SENASP
10.	Mariana Rodrigues Carrijo	Arquivo Nacional
11.	Renato Menezes Santana	PF
12.	Zaira Spohr	SPO
13.	Hugo Torres do Val	SENAD
14.	Ena Elvira Colnago	CADE
15.	Alexandre Kalil Pires	CADE
16.	Aline M. Mac Cord	CADE
17.	Sued S. Rocha de Souza	CPEA
18.	Luis Laviano	CGESP
19.	Adriene Domingues	SNJ
20.	Helena Melo Moura	GAB-SENAD
21.	Glauberto Antonio R. Alves	CGOF
22.	Isabela Sabino de Freitas	CGOF
23.	Leonardo Costa	CGGE/SPO
24.	Margareth Tavares	COAF
25.	Bruno Oliveira	CGGE/SPO
26.	Celso Pereira Salgado	DTIC/SE
27.	Claudio Antonio A. Py	AECI/MJ
28.	Bruno Cardoso	DEPAD/SENACON

29.	Diego Montovaneli do Monte	AAE/DEPEN
30.	Maria Andreia de Oliveira Pinto	SEOPI
PAUTA:	<ol style="list-style-type: none"> 1. Abertura 2. Sistema de Governança Federal 3. Sistema de Governança do MJSP 4. Processo de Gestão de Políticas Públicas 5. Carteira Simplificada de Políticas Públicas 6. Regimento Interno 	

DELIBERAÇÕES

1. A Subsecretária de Planejamento e Orçamento - SPO, Sra. Christiane Maranhão, presidiu a abertura da reunião com a apresentação da pauta e expondo sobre o histórico da implementação do sistema de governança do MJSP e da importância da instituição da Comissão Técnica do Comitê de Gestão Estratégica (CT-CGE) que tratará, dentre outros assuntos, das recomendações deliberadas no âmbito das reuniões do Comitê Interministerial de Governança - CIG. Além disso, apresentou de forma breve a estrutura do Sistema de Governança Federal e sua base legal, além de explanar sobre o funcionamento do CIG. Em relação ao tema relacionado a Políticas Públicas, que será tratado no âmbito da CT-CGE, frisou a importância de que as políticas públicas do Ministério sejam mapeadas e qualificadas, de modo a obter uma melhor gestão orçamentária e financeira dos recursos disponibilizados ao Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP. Ademais, destacou que a carteira de políticas públicas do MJSP será deliberada no âmbito da CT-CGE para que, seja submetida à apreciação do Comitê de Gestão Estratégica - CGE. Destacou que a carteira de políticas públicas servirá como base para a construção da Cartilha de Emendas Parlamentares do ano de 2020, cujo processo de construção será iniciado no mês de abril do presente ano.
2. O Secretário Executivo Adjunto, Sr. Washington Bonini, informou que é indispensável obter maior clareza sobre o que as unidades finalísticas produzem, além da necessidade de otimizar e planejar políticas públicas para aprimorar a alocação de recursos orçamentários. Informou que, em especial, devido à crise financeira que o país enfrenta, é imprescindível estruturar programas e políticas públicas de forma qualificada, considerando como parâmetro o manual *Ex Ante* da Presidência da República. Ainda explanou que tal qualificação justifica-se devido a inconsistências identificadas em políticas de gestões anteriores que não tinham, por exemplo, os requisitos básicos para serem implementadas (estudo, análise de causas e problemas, falta de indicadores, modelo de execução e monitoramento, etc), tornando-se frágeis ao longo do tempo. Informou, também, da imprescindibilidade de se desenhar políticas públicas associadas ao orçamento e de forma realista, para que seja possível implementar critérios técnicos para priorização relativa à alocação de recursos orçamentários. Salientou, sobre a relevância de se criar um rol de políticas públicas estruturado e qualificado. Além disso, alertou sobre a importância do assunto, tendo em vista que a inclusão da política no referido rol é pré-requisito para a celebração de convênios, contratos de repasse, termos de execução descentralizada, dentre outros.
3. Dando continuidade à pauta, a Sra. Christiane Maranhão apresentou a estrutura do SG-MJSP, os guias de governança do governo federal, o formulário para identificação e mapeamento da carteira de políticas públicas simplificada, além disto informou sobre a construção de um fluxograma para monitoramento, revisão e validação da carteira de políticas públicas que será passível de validação por parte dos membros da CT-CGE. O formulário apresentado servirá, num primeiro momento, para identificar de forma simplificada as políticas públicas do MJSP.
4. O Sr. Ivan Gomes, representante da SNJ, indagou sobre como se dará a integração do rol de políticas públicas com o planejamento estratégico - PE. O Sr. Washington Bonini informou que o PE prioriza, de forma estratégica, o que deve constar no rol de políticas públicas, que é exaustivo. O Sr. Ivan ainda questionou sobre como o rol de políticas públicas chegará até o Ministro. A Sra. Christiane informou que a CT-CGE irá propor ao CGE a carteira de políticas para validação. Novamente, o Sr. Washington frisou a necessidade de construir políticas públicas mais qualificadas
5. O representante do CADE, Sr. Alexandre Pires, indagou se o rol de políticas públicas é somente finalístico. O Sr. Washington informou que, num primeiro momento, serão consideradas apenas

políticas finalísticas, porém, informou que será necessário debater os conceitos que serão utilizados para definição da política pública. De forma complementar, Sra. Claudete Trapp, Coordenadora-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional – CGGE, abordou que a visão da política pública deve ser mais ampla, pois engloba um conjunto de programas, projetos e ações, e que a sistemática de construção e monitoramento da carteira se dará pela atuação conjunta do membro da CT-CGE.

ENCAMINHAMENTOS

1. Envio de contribuições pelos membros da CT-CGE sobre o conteúdo do Regimento Interno até o dia **até o dia 05/04**
2. Preenchimento da Carteira Simplificada pelas unidades e envio à SPO/CGGE **até 11/04/2019**
3. Realização da 2ª Reunião CT-CGE no dia **16/04/2019**.
4. Envio de mensagem eletrônica, pela SPO, aos membros da CT-CGE, no dia **27/03**, com o formulário de identificação de políticas públicas simplificada, minuta do regimento interno da comissão e orientações gerais sobre os assuntos tratados na reunião



Documento assinado eletronicamente por **FABIANO NOGUEIRA BRANDAO, Chefe da Divisão de Projetos e Processos**, em 02/04/2019, às 16:45, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Maria das Graças Gonçalves Almeida, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional do Consumidor**, em 02/04/2019, às 17:47, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **GLAUBERTO ANTONIO RODRIGUES ALVES, Coordenador(a) de Finanças**, em 02/04/2019, às 19:13, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Mariana Rodrigues Carrijo, Usuário Externo**, em 03/04/2019, às 09:56, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Christiane Maranhão de Oliveira, Subsecretário(a) de Planejamento e Orçamento**, em 03/04/2019, às 10:12, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Isabela Sabino de Freitas Fonseca, Coordenador(a) de Orçamento**, em 03/04/2019, às 10:47, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **PRISCILLA OLIVEIRA, Coordenador(a) de Planejamento Estratégico e Avaliação**, em 03/04/2019, às 11:29, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **LUIS CLAUDIO LAVIANO, Coordenador(a)-Geral de Estratégia em Segurança Pública**, em 03/04/2019, às 12:21, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **BRUNO CARDOSO ARAUJO, Coordenador(a)-Geral de Orçamento e Finanças - Substituto(a)**, em 03/04/2019, às 14:10, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **HELENA MELO MOURA, Coordenador(a) de Administração**, em 03/04/2019, às 14:37, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **SUED SANTOS ROCHA DE SOUZA, Agente Administrativo**, em 03/04/2019, às 15:49, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Andreia Prima Olivo, Agente Federal de Execução Penal**, em 03/04/2019, às 16:31, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **ADRIENE DOMINGUES COSTA, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Justiça**, em 03/04/2019, às 19:33, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Ivan Gomes Bonifacio, Gerente de Projeto**, em 04/04/2019, às 14:07, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Hugo Torres do Val, Assessor(a) Técnico(a)**, em 09/04/2019, às 09:14, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Margareth Tavares Ferreira Costa Pinto, Coordenador(a)-Geral de Articulação Institucional - Substituto(a)**, em 11/04/2019, às 11:14, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Lucíola Maurício de Arruda, Coordenador(a)-Geral de Desenvolvimento Institucional**, em 11/04/2019, às 11:17, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Claudio Antônio de Almeida Py, Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno**, em 12/04/2019, às 08:42, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **WASHINGTON LEONARDO GUANAES BONINI, Secretário(a)-Executivo(a) Adjunto(a)**, em 24/04/2019, às 19:34, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **8426108** e o código CRC **8C328B5D**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/aceso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.